

As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil

Alliances in 2010 Brazilian elections for governor,
senator, federal deputy and state deputy

Yan de Souza Carreirão

Professor da Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC
e-mail: yancarreira@uol.com.br

Fernanda Paula Nascimento

Licenciada em Ciências Sociais pela
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
e-mail: nannda07@hotmail.com

Recebido: 26/09/2012
Aceito: 18/11/2012

RESUMO O trabalho visa verificar se os padrões e as tendências encontradas em trabalho anterior (Carreirão e Nascimento, 2010) – que analisou as estratégias dos partidos brasileiros ao lançar candidatos para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual em todo Brasil, no período compreendido entre 1986 e 2006 – continuam operando ou se houve alguma mudança relevante na última eleição geral ocorrida no país. Quando mantemos a mesma forma anterior de operacionalização das variáveis envolvidas conclui-se que foram mantidas as principais tendências em ação no período anterior, cabendo destacar o aumento do grau de inconsistência das coligações, tomando como referência tanto a dimensão ideológica (esquerda-direita), quanto a dimensão que divide governo e oposição em relação ao governo federal. Utilizando outra forma de operacionalização, chegamos a conclusões mais matizadas, sendo possível perceber um maior grau de estruturação das disputas eleitorais para os cargos em estudo, seguindo a polarização que tem estruturado a disputa presidencial, em torno de dois blocos partidários, capitaneados por PT e PSDB (embora isso não abranja partidos importantes que não compõem esses dois blocos). Quanto à ideologia, mesmo com uma nova forma de operacionalização das variáveis, predomina a inconsistência nas coligações, especialmente nas eleições majoritárias.

PALAVRAS-CHAVE Coligações eleitorais; Partidos políticos; Ideologia partidária; Governo-oposição.

ABSTRACT *The article aims to verify if the patterns and trends founded in an earlier work (Carreirão and Nascimento, 2010) – that analyzed the Brazilian political parties strategies in the elections for governor, senator, federal deputy and state deputy in the whole country, between 1986 and 2006 – still continue functioning or if some relevant change occurred in the last general elections contested in Brazil. Using the same earlier form of variables treatment we conclude that were maintained the same trends founded in the previous period with the increase in the inconsistency of the alliances, considering the ideological dimension or the government/opposition dimension (related to the*

federal government). Using another form of variables treatment our conclusions are more variegated and it is possible to perceive that the electoral disputes are more structured following the polarization that is found in the presidential contest, around two blocs of parties leading by the Workers Party (Partido dos Trabalhadores – PT) and the Brazilian Social Democratic Party (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), although this doesn't include important parties that don't make part of these blocs. In respect to ideology, even with a new form of variable treatment, the inconsistency in the alliances prevails, especially in the majority elections.

KEYWORDS *Electoral alliances; Political parties; Party ideology; Government/opposition.*

Introdução

O trabalho analisa as estratégias dos partidos brasileiros ao lançar candidatos nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual em todo Brasil. Descreve os principais padrões encontrados no que se refere à preferência, por diferentes partidos, para diferentes cargos, de lançamento de candidaturas isoladas ou em coligações. No caso de coligações, tenta verificar em que medida as estratégias dos partidos respeitam limites ideológicos, ou seja, em que medida cada um dos principais partidos dá preferência para se coligar com partidos do mesmo campo ideológico (esquerda, centro, direita) ou prefere se coligar com partidos de outros campos. Além disso, tentando testar teses importantes sobre o sistema partidário brasileiro, verifica em que medida os partidos, ao lançarem candidaturas para esses cargos, seguem a polarização que tem ocorrido nas eleições presidenciais (e nas coalizões governativas, em âmbito federal) de 1994 para cá, em torno de blocos partidários comandados por PT e PSDB. Por fim, analisa as taxas de sucesso dos diferentes tipos de candidaturas, visando verificar se os eleitores brasileiros punem coligações que sejam “inconsistentes”, seja em relação à dimensão ideológica, seja em relação à dimensão governo/oposição (em relação ao governo federal).

Um dos objetivos deste trabalho é verificar em que medida se mantêm em 2010 as tendências encontradas em trabalho anterior (Carreirão e Nascimento, 2010) relativo às candidaturas lançadas para esses mesmos cargos entre 1986 e 2006. Além disso, do ponto de vista metodológico busca utilizar novas formas de operacionalizar as classificações das candidaturas, tanto no que se refere à dimensão ideológica quanto à dimensão que separa governo e oposição em âmbito federal.

Inicialmente é apresentada uma revisão da literatura brasileira recente sobre coligações. Depois são analisados os padrões das candidaturas (isoladas ou em coligações) segundo a dimensão ideológica e segundo a dimensão governo/oposição, para o conjunto dos partidos e para cada um dos principais partidos brasileiros do período. Na seção seguinte, há uma análise do rendimento eleitoral das diferentes estratégias de formação de candidaturas, para os cargos de governador e senador. Seguem as considerações finais, sistematizando as principais conclusões.

Revisão da Literatura Brasileira Recente

Iremos aqui selecionar apenas alguns estudos mais recentes que analisam as coligações de um ponto de vista que é relevante para os propósitos deste artigo, além de fazer menção a alguns estudos mais abrangentes sobre as tendências recentes do sistema partidário brasileiro, já que eles são importantes para a formulação de hipóteses que serão testadas no trabalho. Para uma revisão mais abrangente da literatura sobre coligações – tratando de temas e períodos que não são os que aqui nos interessam mais diretamente -, remetemos os leitores a outros textos (Schmitt, 1999, 2005; Dantas, 2007; Machado, 2007; Carreirão e Nascimento, 2010; Miranda, 2012, entre outros). Nossa revisão tratará inicialmente dos trabalhos que analisam a eventual influência da dimensão ideológica sobre as estratégias de coligações; a seguir, os trabalhos que estão relacionados com o tema da polaridade governo/oposição em relação ao governo federal e sua relação com as estratégias de lançamento de candidaturas para diferentes cargos, sob o sistema partidário atual.

Influência do posicionamento ideológico dos partidos na formação de coligações

Para nossos propósitos, uma questão central é saber se os partidos levam em conta o posicionamento ideológico (seu e dos demais partidos) quando decidem realizar coligações. A questão tem relevância porque os sinais emitidos pelos partidos têm influência sobre as imagens que os eleitores fazem deles e, a partir daí, tomam decisões. Se tomarmos a proposição de Downs (1999), de que as ideologias partidárias servem como uma economia de informação para a tomada de decisão dos eleitores, quando os partidos emitem sinais contraditórios em relação a seu posicionamento ideológico, podemos esperar que a tarefa do eleitor de fazer suas escolhas eleitorais seja dificultada¹. Isso se articula com um debate recente (Carreirão, 2008; Lucas e Samuels, 2011; Zucco Junior, 2011; Melo e Câmara, 2012, entre outros) bastante interessante (que extrapola o tema das coligações) em torno de duas questões: as diferenças ideológicas entre os partidos estão se enfraquecendo ao longo da vigência do atual sistema partidário? As ideologias partidárias ainda permitem diferenciar os partidos em algum grau significativo?

No que se refere especificamente às coligações sob o sistema partidário atual, na revisão da produção sobre o tema que fizemos em nosso estudo anterior (Carreirão e Nascimento, 2010) mostramos que até ali não havia consenso na literatura: alguns estudos (especialmente na década de 90) apontavam que o grau de inconsistência das coligações não era muito grande (Nicolau, 1994; Schmitt, 1999), enquanto outros estudos indicavam um pronunciado ecletismo ideológico (Novaes, 1994; Figueiredo, 1994; Sousa, 2006; Dantas, 2007), ou pelo menos, que o grau de inconsistência foi crescendo ao longo do período em que vigora o atual sistema partidário (Machado, 2005, 2007; Carreirão, 2006; Miguel e Machado, 2007; Machado e Miguel, 2008)².

Outros estudos apareceram nos últimos anos (após aquela revisão) e a tendência mais geral encontrada foi

a de ampliação do grau de inconsistência ideológica das coligações realizadas em eleições mais recentes³. Krause e Godoi (2010: 92), analisando as eleições para governador entre 1986 e 2006, concluem que “[...] as coligações inconsistentes apresentam uma ascensão contínua a partir de 1994.” A conclusão semelhante chega Sousa (2010), analisando as eleições para esse mesmo cargo entre 1998 e 2006. Peixoto (2010) mostra que cresceu o número de coligações inconsistentes a prefeito e a vereador entre 2000 e 2008. O trabalho de Miguel e Machado (2010), analisando as coligações realizadas pelo PT nas eleições para prefeito entre 2000 e 2008, aponta que aumentaram as coligações (em geral) feitas pelo partido ao longo do tempo, já que em 2000 as isoladas representavam uma maior proporção de suas candidaturas. A frequência com que o PT se coligou com os grandes partidos à direita (PFL/DEM, PP, PL/PR e PTB) passou de uma média (entre esses quatro partidos) de 8% do total das candidaturas de que participou em 2000 para cerca de 27% em 2008 (Miguel e Machado, 2010: 352). Ribeiro (2010), analisando as coligações apresentadas para o cargo de prefeito entre 1996 e 2008 nas 26 capitais e noutros 53 municípios com mais de 200 mil eleitores, mostra que, para cada um dos nove principais partidos brasileiros, aumentaram muito as coligações que envolvem partidos de campos ideológicos opostos. As conclusões do trabalho de Leoni (2011) – que analisa as coligações nas eleições para vereador em todo o país em 2000 e 2004 a partir de técnicas estatísticas sofisticadas – vão na mesma direção das da maioria desses estudos, quanto à variação do peso da ideologia ao longo do tempo: entre 2000 e 2004 “[...] a ideologia dos partidos perde força [...] como motivador das escolhas de coligação dos partidos nas eleições locais [...]” (Leoni, 2011: 128). De toda forma, porém, Leoni mostra que mesmo em 2004 “[...] a ideologia continua tendo um impacto substantivo nas decisões partidárias [...]” (op. cit.).

Um estudo muito próximo ao que fazemos aqui é o de Miranda (2012). A autora analisa as coligações para os cargos de governador, senador e deputado federal durante o período 1990-2010. Do ponto de vista metodológico, a autora, ao operacionalizar a classificação das coligações com base em Sartori (1982), distingue

o comportamento dos ‘micropartidos’ do comportamento dos ‘partidos relevantes’, isto é, aqueles que apresentaram, ao longo do período analisado (1990-2010), potencial para a formação de coalizões governativas ou oposicionistas no nível federal [...] (Miranda, 2012: 3).

¹ Certamente outros aspectos do discurso e do comportamento dos partidos – seus programas partidários, os programas eleitorais de seus principais candidatos em eleições majoritárias, as políticas públicas que implementam quando estão no poder, as coalizões que fazem ao governar etc. – afetam a maior ou menor capacidade de os eleitores mapearem as ideologias partidárias. Além disso, há outros elementos, além das ideologias partidárias, que são utilizados pelos eleitores como “atalhos” para sua decisão de voto, especialmente nas eleições majoritárias. Mas, as coligações realizadas pelos partidos são um dos elementos envolvidos e têm certa importância na formação das imagens partidárias, por parte dos eleitores.

² Nem todos os autores usam o termo “inconsistência” para nomear o que aqui chamamos por esse termo (ver Nota 5). Apenas para facilitar vamos usar esse termo, mesmo que os autores não o usem, quando se tratar desse mesmo tipo de aliança.

³ Serão mencionados aqui apenas os estudos recentes que tratam do papel da ideologia nas estratégias de lançamento de candidaturas.

Assim, os partidos considerados irrelevantes são eliminados da análise, ficando a autora com apenas onze partidos, a partir dos quais as coligações foram classificadas, do ponto de vista da ideologia partidária. Como achamos pertinente essa delimitação, iremos utilizá-la em nossa análise, mais à frente. Do ponto de vista que nos interessa nessa seção, os dados apresentados por Miranda indicam uma tendência geral de aumento das coligações entre partidos (relevantes) de esquerda e direita entre si, nos três cargos analisados pela autora. Esse aumento foi gradual entre 1990 e 1998; em 2002 há um salto enorme, seguido de uma queda em 2006 e de novo crescimento em 2010. A única queda, portanto, teria se dado em 2006, sendo retomada a tendência de crescimento após essa eleição. Na média dos três cargos, em 1990 as coligações inconsistentes representaram 7% das coligações realizadas, enquanto em 2010 elas representaram cerca de 33% (na média dos três cargos)⁴. Quando compara as coligações intra-blocos e “extra-blocos” (ou inter-blocos) ideológicos, a autora mostra que enquanto em 1990 as primeiras representavam 66,7% na média dos três cargos, as últimas representavam 33,3%; em 2010 essas proporções praticamente se invertem: 35,5% e 64,5%, respectivamente.

Na conclusão de nosso próprio trabalho anterior, sobre o período 1986-2006 (Carreirão e Nascimento, 2010), mostramos que as coligações ideologicamente inconsistentes⁵ foram as coligações mais frequentes, quando considerado todos os partidos, no conjunto do período⁶. Considerando apenas os principais partidos, o mesmo ocorreu para PFL, PP e PDT. No caso de PMDB e PSDB, o padrão mais comum para essas siglas foi o de coligações semiconsistentes (centro-direita ou centro-esquerda)⁷; o PT foi o único

partido em que as coligações consistentes superaram as inconsistentes no conjunto do período. Além disso, uma tendência importante foi o crescimento das coligações ideologicamente inconsistentes ao longo do período. Considerando o conjunto das candidaturas (inclusive aquelas envolvendo apenas pequenos partidos), esse crescimento ia até 2002, ocorrendo uma pequena queda na porcentagem destas coligações em 2006. Uma questão importante para o presente trabalho é: esse declínio da proporção de coligações ideologicamente inconsistentes entre 2002 e 2006 expressaria uma reversão da tendência anterior, de aumento desse tipo de coligações?

Influência das coalizões em âmbito federal na formação de coligações

No que se refere à dimensão governo/oposição, também havíamos mostrado em nosso trabalho anterior não haver consenso na literatura (até ali) quanto ao grau em que as decisões sobre coligações nas eleições municipais – em relação às quais os estudos se debruçavam – eram influenciadas pelos alinhamentos em torno do governo federal: Dantas (2007) indicava que na definição de estratégias de coligação nas eleições municipais a influência das alianças em torno do governo federal era menor do que a das alianças em âmbito estadual. Miguel e Machado (2007) e Machado e Miguel (2008) mostravam que entre 2000 e 2004 aumentou o viés governista nas coligações, mas ainda com diferenciações importantes entre os partidos. Já Ribeiro (2005), aponta maior peso da dinâmica política nacional, que atuaria como um dos fatores determinantes das alianças eleitorais municipais.

Entre os novos estudos produzidos nos últimos anos (após o momento em que aquela revisão acima mencionada foi feita), o de Anastasia, Nunes e Meira (2010) aponta que aumentou significativamente as coligações entre PT e PSDB nas eleições para prefeito entre 2000 e 2008: de 452 municípios (8,1% do total do país) para 1061 (19%). Peixoto (2010) mostra que cresceram entre 2000 e 2008 também as porcentagens de coligações a prefeito e a vereador envolvendo partidos que se encontram em campos opostos em relação ao governo federal em exercício, embora nas eleições proporcionais, as proporções de coligações envolvendo PT ou PCdoB, de um lado e os principais partidos da oposição (PSDB, PFL e PPS), de outro, mesmo em 2008 tenham sido relativamente baixas. Os dados de Miguel e Machado (2010) mostram que das coligações feitas pelo PT nas eleições para

⁴ Miranda (2012: 19). Cabe notar que a analista ressalva que parte dessas “inconsistências” envolve o PPS, classificado como de esquerda. Além disso, aponta que

[...] ainda há um significativo número de alianças feitas entre partidos que integram o mesmo bloco ideológico (37,0% das alianças nas eleições para a Câmara; 34,8% nas eleições para o Senado e governadorias) e que há pelo menos uma manifestação radical de resistência ideológica no período atual: a existente entre PT e o PFL/DEM. (ibid.: 24).

⁵ Cada coligação foi assim definida: a) consistente: quando se dá apenas entre partidos situados num mesmo “campo” do espectro ideológico; b) semiconsistente: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda ou com partidos de direita; c) inconsistente: quando a coligação envolve simultaneamente partidos de pólos extremos (direita e esquerda). Essa classificação é mantida no presente trabalho.

⁶ As candidaturas mais frequentes foram as isoladas, que representaram pouco mais da metade das candidaturas lançadas no período, para o conjunto dos quatro cargos em análise. Quando analisamos apenas as coligações é que as inconsistentes se mostraram as mais comuns.

⁷ Como apenas estes dois partidos foram classificados como de centro, as coligações consideradas consistentes são aquelas realizadas entre estes dois partidos apenas, razão pela qual são pouco frequentes. As

inconsistentes precisam incluir, além de algum desses partidos, pelo menos um de direita e um de esquerda.

prefeito entre 2000 e 2008, aquelas que envolviam os principais partidos da oposição aumentaram (em maior ou menor grau): em 2000 as coligações com o PFL representavam 7,1% das candidaturas de que o PT participou; em 2008 esse percentual foi de 19,9%; nas coligações do PT com o PSDB os percentuais foram de 16,6% (2000) e 22,7% (2008) e com o PPS, 19,3% (2000) e 23,6% (2008). A análise de Miranda (2012), porém, aponta em sentido diverso: após mostrar que há poucas coligações, especialmente entre PT e PCdoB, de um lado e PSDB e PFL/DEM, de outro, a autora conclui pela existência de uma

[...] ‘resistência política’ que orienta os cálculos coligacionistas dos componentes nucleares dos dois blocos que se têm alternado no Governo Federal. (Miranda, 2012: 24)⁸.

Em nosso estudo anterior (Carreirão e Nascimento, 2010), havíamos verificado que, considerando apenas as coligações, aquelas que envolvem apenas partidos da oposição foram as mais frequentes, seguidas das que agregam simultaneamente partidos da base governista e da oposição. Entre os grandes partidos, os situados mais à direita (PFL e PP) são os que menos respeitaram as fronteiras entre ser ou não da base do governo, ao estabelecer coligações; a seguir vêm os de centro (PMDB e PSDB) e, por fim, os de esquerda (PT e PDT).

Iremos aqui verificar se essas tendências também ocorrem em 2010, replicando os procedimentos metodológicos utilizados naquele estudo anterior, mas também utilizando outros critérios classificatórios das coligações (conforme descritos mais adiante), de forma a testar certas hipóteses relativas a nosso sistema partidário (Melo, 2007, 2010; Braga, 2010; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012; entre outros) numa forma operacional mais próxima à formulada por essa literatura.

A Análise dos Dados

Iniciamos pela análise dos padrões das candidaturas a partir do enfoque das ideologias partidárias; depois, tomando a dimensão governo-oposição (em relação ao governo federal), para, ao final, analisar as reações dos

eleitores aos diferentes tipos de candidaturas lançadas para os cargos majoritários.

A influência do posicionamento ideológico dos partidos nas estratégias de lançamento de candidaturas

Como havia sido mencionado na Introdução, um dos objetivos do trabalho é propor novas formas de operacionalizar as classificações das candidaturas (diferentes das utilizadas em nosso trabalho anterior), tanto a partir da dimensão ideológica quanto da dimensão que separa governo e oposição em âmbito federal. Avaliamos que ao classificar as candidaturas utilizando todos os partidos, inclusive os menores, podemos incorrer no problema de superdimensionar o grau de “inconsistência” das coligações, tanto a partir da dimensão ideológica (esquerda-direita), quanto da dimensão governo-oposição⁹. Considerando a dimensão ideológica, por exemplo, do ponto de vista da formação de imagens partidárias junto ao eleitorado, é menos relevante o fato de um partido como o PT se coligar com um pequeno partido classificado como de direita, do que se coligar com PP, PR ou DEM.

Resolvemos, então, seguir o procedimento utilizado por Miranda (2012: 3), já mencionado, distinguindo o comportamento dos micropartidos do comportamento dos partidos relevantes, isto é, aqueles que apresentaram, ao longo do período analisado (1990-2010), potencial para a formação de coalizões governativas ou oposicionistas no nível federal. E tomamos como relevantes os mesmos onze partidos considerados por aquela autora: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PSDB, PMDB, DEM, PP, PR e PTB¹⁰. De toda forma, apresentamos também os dados que resultam da aplicação do critério que havíamos usado anteriormente (classificando as coligações considerando todos os partidos que delas participam, independentemente de seu tamanho), seja como forma de comparação, seja para termos algum tipo de informação, nos casos em que não foi possível fazer análises com base no novo critério¹¹.

A Tabela 1 apresenta os padrões das 435 candidaturas lançadas em 2010 que envolvem pelo

⁸ Coligações entre PPS, de um lado e PT, PCdoB, PDT e PSB, de outro, porém, ocorrem em número significativo no conjunto do período. Os números de coligações, entre PSDB, de um lado, e PDT e PSB, de outro, não são pequenos, também. A autora não apresenta dados das estratégias de cada um dos partidos relevantes individualmente para cada eleição do período, o que impede a verificação das tendências evolutivas a partir desse tipo de análise.

⁹ A classificação dos partidos no *continuum* esquerda/direita aqui utilizada é apresentada no Quadro Anexo 1 (ver Carreirão e Nascimento, 2010, para uma justificativa). Quanto às coligações, foi utilizada a classificação descrita na Nota 5.

¹⁰ Esses partidos serão chamados, nessa seção, de “relevantes” e os demais serão denominados “pequenos” partidos.

¹¹ Deixamos claro, em cada tabela, qual critério está sendo considerado.

Tabela 1. Tipo de candidatura (envolvendo os 11 partidos relevantes), por classificação ideológica das coligações, segundo o cargo (2010) (%).

Tipo de candidaturas	Governador	Senador	Dep. fed.	Dep. est.	Total
Coligação consistente	15,1	15,1	23,1	33,5	24,6
Col. semiconsistente consistente	20,5	19,0	16,3	12,3	15,9
Coligação inconsistente	63,0	58,2	45,2	17,3	39,1
Candidatura isolada	1,4	7,6	15,4	36,9	20,5
Número de candidaturas*	(73)	(79)	(104)	(179)	(435)

Fonte: TSE. *Foram desconsideradas as candidaturas isoladas ou coligações envolvendo apenas outros partidos que não os onze principais.

menos um dos onze partidos relevantes mencionados, para cada cargo em estudo¹². Antes de analisar os dados da tabela, cabe destacar a relevância da estratégia de lançamento de candidaturas isoladas por parte dos pequenos partidos (42% das candidaturas lançadas em 2010 para o conjunto dos quatro cargos em estudo), dado que não aparece na tabela.

Vemos que, com exceção das eleições para deputado estadual, predominam as coligações ideologicamente inconsistentes. Esse predomínio é mais marcante nas eleições majoritárias, onde elas representam em torno de 60% do total de candidaturas. No conjunto das 435 candidaturas analisadas esse é também o tipo mais frequente de candidatura lançada (39% do total). Nas eleições para deputado estadual o tipo mais comum de candidaturas é o das candidaturas isoladas, seguido das coligações consistentes¹³, enquanto as inconsistentes representam apenas 17% do total. Parece que para esse cargo os grandes partidos dão preferência a lançar candidatos isoladamente ou com partidos pequenos: esses dois tipos correspondem a 61% do total de candidaturas a deputado estadual envolvendo pelo menos um dos onze partidos aqui considerados como mais relevantes.

Contrariamente ao esperado, da análise acima resulta – com exceção das eleições para deputado

estadual – um grau de inconsistência ideológica maior do que o encontrado pelo critério de classificação das candidaturas que usamos em nosso estudo anterior (que considera todos os partidos que participam de uma coligação, inclusive os pequenos), como mostra a Tabela 2.

Os dados da Tabela 2 incluem todas as 868 candidaturas lançadas para os quatro cargos em 2010, incluindo as candidaturas dos partidos pequenos, isolados ou coligados entre si. Como especialmente o número de candidaturas isoladas de partidos pequenos é muito grande, em particular nas eleições para governador e senador, quando as eliminamos da análise, como foi feito na Tabela 1, quase todos os percentuais de coligações aumentam (em relação aos dados da Tabela 2). E, no caso das eleições majoritárias, o aumento maior é nas coligações ideologicamente inconsistentes, porque é nas coligações para governador e senador que envolvem os grandes partidos que esse tipo de coligação é mais frequente. Nas eleições para deputado estadual as candidaturas isoladas de pequenos partidos representam um percentual menor do total de candidaturas para esse cargo. Assim, quando elas são eliminadas da análise, isso não resulta num aumento tão grande dos percentuais das coligações. Além disso, mais da metade das coligações que na Tabela 2 aparecem como inconsistentes são entre um partido relevante e um ou mais partido(s) pequeno(s); esse tipo de coligação representa 14% das coligações para deputado estadual, enquanto para os demais cargos representam apenas de 3% a 6% do total. Na Tabela 1, pelo critério adotado, todas essas foram consideradas como consistentes, já que não envolvem dois (ou mais) partidos relevantes de mais de um campo ideológico (E, C ou D).

Na Tabela 3 são apresentadas as porcentagens de coligações ideologicamente inconsistentes realizadas pelos partidos mais relevantes, em 2010, tanto pela classificação das candidaturas considerando

¹² O termo “candidaturas” inclui as isoladas e as coligações. Quando um partido ou coligação lança mais de um candidato ao Senado, à Câmara Federal ou à Assembleia Legislativa em determinado Estado, aqui foi contabilizada apenas uma “candidatura”, já que corresponde, para os interesses desta análise, a uma mesma estratégia de lançamento de candidatura. Foram lançadas 868 candidaturas (como aqui definidas) para o conjunto dos quatro cargos em 2010. Dessas, desconsideramos na análise da Tabela 1 as 433 que envolviam apenas os demais (pequenos) partidos (isoladamente ou em coligações entre si).

¹³ Cabe notar que nas coligações consistentes foram consideradas também as coligações entre um dos onze partidos e um (ou mais) partido(s) pequeno(s), mesmo que pertencente(s) a bloco ideológico oposto ao do partido relevante. Esse tipo de coligação foi muito comum nas eleições proporcionais, representando 73% e 54% das coligações consideradas consistentes para deputado estadual e federal, respectivamente.

Tabela 2. Tipo de candidatura (envolvendo todos os partidos brasileiros), por classificação ideológica das coligações, segundo o cargo (2010) (%).

Tipo de candidaturas	Governador	Senador	Dep. fed.	Dep. est.	Total
Coligação consistente	6,6	7,7	7,7	14,7	10,0
Col. semiconsistente consistente	3,0	1,8	3,6	6,1	4,0
Coligação inconsistente	38,6	38,5	35,9	26,8	33,6
Candidatura isolada	51,8	52,0	52,8	52,4	52,3
Número de candidaturas*	(166)	(169)	(220)	(313)	(868)

Fonte: TSE.

Tabela 3. Coligações ideologicamente inconsistentes entre os partidos relevantes, para os 4 cargos, segundo dois critérios de classificação das coligações – (2010) (%).

Critério de inclusão*	PT	PDT	PSB	PC do B	PPS	PSDB	PMDB	DEM	PP	PR	PTB
1. Todos os partidos	79	85	75	83	79	70	75	76	84	81	76
2. Partidos relevantes	65	63	64	62	67	49	54	62	72	69	56

Fonte: TSE. Elaboração pelos autores. *Pelo Critério 1: coligações envolvendo dois partidos de campos ideológicos opostos (D/E) foram consideradas ideologicamente inconsistentes, independentemente do tamanho dos partidos; *Pelo Critério 2: apenas coligações envolvendo dois (ou mais) partidos relevantes de campos ideológicos opostos (D/E) foram consideradas ideologicamente inconsistentes.

todos os partidos (como na Tabela 2), quanto pela classificação das candidaturas considerando apenas os onze partidos mais relevantes (como na Tabela 1). Por qualquer um dos critérios, as porcentagens de coligações envolvendo simultaneamente partidos de direita e de esquerda são bastante altas¹⁴.

Não foi possível no âmbito deste trabalho analisar como evoluiu o padrão das candidaturas lançadas no conjunto do período (1986-2010) a partir da nova forma de operacionalizar a classificação das candidaturas (considerando apenas os onze principais partidos). As Tabelas 4 e 5 permitem, porém, visualizar a evolução,

ao longo do período, das porcentagens de coligações ideologicamente inconsistentes, a partir do critério que havíamos utilizado no estudo anterior – em que consideramos não só os onze mais importantes, mas todos os partidos (inclusive os menores).

Em relação às eleições para os quatro cargos, tem aumentado consideravelmente ao longo do período 1986-2010 a proporção das coligações ideologicamente inconsistentes (Tabela 4). Embora haja em alguns momentos certo recuo, a tendência de aumento é clara¹⁵. E houve, com exceção das eleições para deputado estadual, uma reversão do declínio ocorrido entre 2002 e 2006, retornando a série histórica ao padrão anterior, de crescimento desse tipo de coligação.

Quando analisamos (na Tabela 5) os dados referentes apenas às candidaturas de que participam os seis maiores partidos¹⁶ (classificando as candidaturas a

¹⁴ Quando consideramos apenas os onze partidos relevantes (critério 2), as porcentagens de coligações esquerda-direita são maiores quando analisamos por partido (Tabela 3) do que quando analisamos o conjunto de candidaturas (Tabela 1). Isso acontece porque grande parte das coligações inconsistentes, especialmente nas eleições majoritárias e em menor grau nas eleições para a Câmara Federal, agrega um número elevado de partidos (contando, cada uma delas, como uma coligação inconsistente para cada partido que a forma). Já as coligações consideradas consistentes são, em grande medida, coligações entre dois partidos relevantes (com ou sem partidos pequenos, o que é irrelevante para a classificação), ou entre um partido relevante e outros partidos pequenos (contando, nesse último caso, como coligação consistente apenas para aquele partido relevante que a forma). Especialmente nas eleições para deputado estadual temos muitas coligações desse tipo. São muitas, mas contam para apenas um partido, cada. Situação semelhante acontece com coligações semiconsistentes, em geral formadas por partido(s) de centro e um ou poucos partidos de direita ou esquerda. Quando consideramos pelo critério 1, as diferenças encontradas entre os percentuais da Tabela 3 e os da Tabela 2 se devem em parte a esses mesmos processos e em parte ao que foi comentado sobre os dados da Tabela 2.

¹⁵ Os relativamente baixos percentuais da tabela se devem a que os percentuais são calculados sobre o número total de candidaturas, incluindo as isoladas (quando não há coligação), que representam em torno de 55% do total das 5707 candidaturas lançadas para o conjunto dos quatro cargos, ao longo do período. Considerando apenas as coligações, as mais frequentes no conjunto do período foram as ideologicamente inconsistentes.

¹⁶ Apresentamos os dados apenas para esses seis partidos porque para o período anterior, as candidaturas já estavam classificadas na forma apresentada na tabela e os percentuais de coligações inconsistentes já calculados para esses seis partidos, tendo sido necessário apenas classificar as candidaturas referentes às eleições de 2010. A classificação das candidaturas de todo o período pelo novo critério

Tabela 4. Coligações ideologicamente inconsistentes para governador, senador, deputados federal e estadual (1986-2010) (% sobre total de candidaturas).

Cargo	Ano da eleição						
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Governador	25,3	15,5	19,3	27,0	35,4	34,2	38,3
Senador	ND	16,1	10,1	20,1	32,7	29,6	38,5
Deputado federal	4,7	4,6	9,8	21,6	34,2	30,0	35,9
Deputado estadual	5,9	11,0	13,7	16,5	28,9	26,8	26,8

Fonte: TSE. Obs.: A classificação das coligações levou em conta todos os partidos (inclusive os pequenos) que delas participaram.

Tabela 5. Porcentagens de coligações ideologicamente inconsistentes (calculadas sobre o total das candidaturas para o conjunto dos 4 cargos). Principais partidos (1986/2010).

Partido	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PFL/DEM	20	18	24	32	37	59	76
PP	11	14	27	41	52	67	84
PMDB	41	33	25	36	14	63	75
PSDB	--	28	29	44	20	43	70
PDT	23	44	49	64	73	55	85
PT	3	3	6	33	70	80	79
Média*	20	23	27	42	44	61	78

Fontes: TSE, TREs, site “Dados Eleitorais do Brasil” (IUPERJ) e Souza (2006). *Média aritmética dos seis partidos. Obs.: A classificação das coligações levou em conta todos os partidos (inclusive os pequenos) que delas participaram.

partir do mesmo critério anterior), percebe-se algumas oscilações ao longo do tempo (especialmente no caso do PMDB e, em menor grau, do PSDB e do PDT), mas a tendência geral é claramente de crescimento da participação das coligações ideologicamente inconsistentes. Isso fica muito evidente na evolução da média de coligações desse tipo realizadas pelos seis partidos.

Comparando com os dados da Tabela 4 percebemos que a tendência ao crescimento da inconsistência ideológica das coligações quando consideramos apenas os grandes partidos é ainda maior do que quando consideramos também as coligações que não envolvem esses grandes partidos. Especificamente em relação aos resultados de 2010, cabe destacar que, com exceção do PT – em que essa participação se manteve quase estável em relação a 2006 (perto de 80%, nível bastante elevado) –, para os demais partidos houve um crescimento muito grande das coligações inconsistentes em 2010, quando comparamos com

a eleição anterior. Em 2010 esse tipo de coligações representou de 70% (PSDB) a 85% (PDT) de todas as candidaturas de que cada um desses partidos participou¹⁷.

Concluindo esse tópico, seja considerando as candidaturas lançadas pelo conjunto dos partidos brasileiros, seja apenas as que envolvem os onze partidos mais relevantes, as porcentagens de coligações que envolvem simultaneamente partidos de direita e esquerda são bastante elevadas em 2010, especialmente nas eleições para os cargos majoritários e, em menor grau, para deputado federal. Nas eleições para deputado estadual os partidos mais relevantes parecem ter privilegiado candidaturas isoladas ou em coligação com pequenos partidos. Uma explicação possível para isso é que o número menor de vagas disponíveis na disputa para deputado federal pode servir de estímulo maior à realização de coligações

demandaria mais tempo do que do que dispúnhamos para a realização do estudo.

¹⁷ Note-se que os dois partidos com menor proporção desse tipo de coligações (em relação ao total de candidaturas de que participam) em 2010 são os considerados de centro (PMDB e PSDB). Nesse caso, as coligações têm que envolver simultaneamente partidos de direita, centro e esquerda para serem consideradas inconsistentes.

do que na disputa estadual. Embora com limitações, os dados aqui apresentados revelam uma tendência de crescimento desse tipo de coligações ao longo do período em estudo.

A influência das coalizões em relação ao governo federal e das coligações nas eleições presidenciais sobre as decisões de lançamento de candidaturas para os demais cargos

Em nosso estudo anterior sobre o período 1986-2006 havíamos operacionalizado a classificação dos partidos a partir de sua divisão em dois grupos: os partidos que faziam parte da coalizão de apoio ao governo (os que ocupavam ministérios) no momento da eleição, e aqueles que não faziam (todos considerados como oposição ao governo). Aqui, além de replicar a análise feita naquele estudo (agora para as eleições de 2010), iremos incluir outras formas de levar em consideração um tipo de polarização que pode ser associado seja às coalizões em torno do governo federal, seja às coligações realizadas nas eleições presidenciais. Isso será feito porque avaliamos que aquela forma anterior pode – ao inflar artificialmente o número de partidos de oposição (considerando nessa situação todos os que não faziam parte do ministério, inclusive aqueles que não assumiam efetivamente uma posição clara de oposição) – aumentar artificialmente, também, o grau de “inconsistência” encontrado nas candidaturas (ou seja, a porcentagem, sobre o total de candidaturas, das coligações que envolvem simultaneamente partidos do governo e da oposição).

Um primeiro critério alternativo de classificação dos partidos tem como finalidade testar as teses de Melo e Câmara (2012) sobre a estruturação do sistema partidário brasileiro. Uma primeira tese é que a disputa para presidente tem se estruturado em torno de três blocos: o primeiro formado por PT, PDT, PSB e PCdoB; o segundo por PSDB, PFL/DEM e PPS e o terceiro por um bloco de partidos (PMDB, PP, PTB e PR) “disponíveis” para fazer coalizões com qualquer um dos blocos anteriores que eleger o presidente. Uma segunda tese é que a disputa para presidente é o principal elemento de estruturação do sistema partidário brasileiro. Com base nessas proposições, dividimos os partidos em três grupos: 1º) o bloco PT, PDT, PSB, PCdoB; 2º) o bloco PSDB, PFL/DEM, PPS; 3º) todos os demais partidos (e não só aqueles do 3º bloco proposto por Melo e Câmara)¹⁸. O intuito é verificar se os dois primeiros blocos estruturam a formação de coligações na disputa para outros cargos,

além da eleição para presidente. Nesse sentido, tomamos como “disponíveis” para realização de coligações (ou coalizões) com um desses dois blocos todos os demais partidos brasileiros¹⁹.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos diferentes tipos de candidaturas lançadas em 2010 para o conjunto dos quatro cargos estudados, a partir de classificação que toma como referência esses três tipos de blocos acima.

Considerando todas as candidaturas, o tipo mais frequente (45,6%) é a candidatura isolada lançada por partidos que não compõem um dos dois blocos capitaneados por PT ou PSDB. Isso, como já mencionado, se deve a que muitos dos pequenos partidos – em especial os de esquerda (PSOL, PSTU, PCB, PCO PV, PMN) – tendem a lançar candidatos próprios, principalmente nas eleições majoritárias. Esse tipo de candidaturas, porém, assim como as coligações apenas de “outros” partidos entre si (13,4%) do total, precisam ser eliminadas da análise para que possamos testar adequadamente as proposições de Melo e Câmara, já que o percentual teria que ser calculado apenas sobre o conjunto de candidaturas que envolvem partidos do Bloco-PT e/ou do Bloco-PSDB. Temos, então: 868 candidaturas, das quais 512 envolvem apenas “outros” partidos (isolados ou em coligação entre si). Das outras 356 candidaturas, 48,6% são de partidos do bloco-PT – isolados (10,4%) ou em coligação entre si, ou com “outros” partidos (38,2%) –; 37% são só de partidos do bloco-PSDB – isolados (5,9%) ou em coligação entre si, ou com “outros” partidos (30,9%) – e 14,6% envolvem partidos dos dois blocos simultaneamente. Assim, mesmo considerando apenas as candidaturas que envolvem ao menos um partido de um dos dois blocos (eliminando, portanto, as candidaturas que envolvem apenas os “outros” partidos), a proporção de coligações envolvendo simultaneamente partidos dos dois blocos não é grande; há um grau considerável de estruturação da disputa para o conjunto dos cargos²⁰. Esse resultado

¹⁹ Embora entrem nesse bloco também pequenos partidos de esquerda, como PSTU, PSOL, PCO e PCB, não estamos supondo que eles estejam realmente “disponíveis” para fazer coligações (inclusive com o bloco capitaneado pelo PSDB). Os dados mostram que esses partidos tendem a lançar candidaturas isoladas ou (alguns deles) se coligar entre si, sendo poucas as coligações inclusive com o bloco capitaneado pelo PT. Para não multiplicar demais o número de blocos partidários, porém, mantivemos esses partidos junto ao terceiro bloco, já que facilita um de nossos objetivos centrais – saber em que medida partidos dos blocos do PT e do PSDB coligam-se entre si.

²⁰ Há uma variação importante conforme o cargo em análise: para governador e senador as coligações envolvendo partidos dos dois blocos simultaneamente representam 22% do total, enquanto para o cargo de deputado estadual representam apenas 6% (e para deputado federal, 15%).

¹⁸ Para facilitar, esses blocos serão identificados, nas eleições de 2010, como Bloco-PT (ou “governo”), Bloco-PSDB (ou “oposição”) e “outros”, respectivamente.

Tabela 6. Tipo de candidatura e classificação das coligações segundo a dimensão governo/oposição, para o conjunto dos quatro cargos (2010) (%).

Tipo de candidaturas	% (sobre Total)	% (sobre Total sem itens 6 e 7)
1. Candidatura isolada Bloco-PT*	4,3	10,4
2. Candidatura isolada Bloco-PSDB**	2,4	5,9
3. Coligação partidos Bloco-PT (com ou sem Outros)	15,7	38,2
4. Coligação partidos Bloco-PSDB (com ou sem Outros)	12,7	30,9
5. Coligação partidos Bloco-PT e Bloco-PSDB	6,0	14,6
6. Candidatura isolada Outros*** partidos	45,6	--
7. Coligação apenas Outros partidos	13,4	--
Total (N)	(868)	(356)

Fontes: TSE. *Bloco-PT: PT, PSB, PDT, PCdoB; **Bloco-PSDB: PSDB, DEM, PPS; ***Outros: demais partidos.

difere muito do percentual (31%; ver Tabela Anexa 1) que encontraríamos caso utilizássemos os critérios para definir governo e oposição que utilizamos em nosso estudo anterior (Carreirão e Nascimento, 2010). Retomaremos esse ponto após a análise da Tabela 7, que (usando o mesmo critério de classificação utilizado na Tabela 6) apresenta os dados referentes às candidaturas (para o conjunto dos quatro cargos), de que participaram os partidos relevantes, em 2010.

Vemos que no que se refere a PMDB, PP e PR (aqui considerados no bloco dos “outros” partidos), o predomínio é de coligações com partidos do Bloco-PT (percentuais próximos a 40% do conjunto das candidaturas de PMDB e PP e 52% das do PR). Como esses partidos faziam parte da base do governo no momento da eleição (e o PMDB fazia parte da coligação de apoio à candidata Dilma Rousseff; o PP a apoiou formalmente apenas no 2º turno), esse predomínio seria mesmo esperado a partir da tese de que as eleições presidenciais estruturam as demais eleições. Mas, há certo grau de ecletismo nas estratégias, já que as coligações envolvendo partidos do Bloco-PSDB representam 30% das candidaturas apoiadas pelo PR, 37% das apoiadas pelo PP e 41% das apoiadas pelo PMDB²¹. Quanto ao PTB, sua situação é diferente: apesar de ter feito parte da base do governo Lula, em 2010 fez parte da coligação eleitoral que sustentou a candidatura Serra. Isso parece ter se refletido no ecletismo das candidaturas de que participou nas eleições para os quatro cargos aqui estudados. De toda forma, 43% de suas candidaturas podem ser consideradas como “inconsistentes”, se somarmos as coligações entre partidos do Bloco-PT e partidos do Bloco-PSDB (18%) e as coligações com

partidos do Bloco-PSDB (ou do Bloco PT, já que cada um desses tipos representou 25% de suas coligações).

Entre os partidos do Bloco-PT, o predomínio é de coligações que não envolvem partidos do Bloco-PSDB: elas representam 80% das candidaturas de que o PT participou em 2010 e percentuais pouco menores para PCdoB (74%), PDT e PSB (64%). Outros 6 a 10% são de candidaturas isoladas de cada um desses partidos. Quanto aos partidos do Bloco-PSDB, as coligações que não envolvem partidos do Bloco-PT representaram 77% das candidaturas de que o PSDB participou; para o DEM e PPS esse percentual foi de cerca de 65%. As candidaturas isoladas lançadas por esses partidos representaram de 5 a 7% do conjunto de candidaturas de que cada um participou. As coligações de que o PT participou em 2010 envolvendo simultaneamente partidos dos dois blocos representaram 11% das candidaturas de que participou no conjunto dos quatro cargos analisados. Esse tipo de coligação foi mais frequente nos demais partidos do Bloco-PT (17% para o PCdoB, 25% para o PDT e 31% para o PSB) e do Bloco-PSDB (18% para o PSDB, 26% para o DEM e 28% para o PPS). Para cada um dos partidos individualmente, portanto, esse tipo de coligação é mais frequente do que quando se considera o conjunto das candidaturas envolvendo todos os onze partidos relevantes²². Os dados acima revelam um quadro de disputa para esses quatro cargos razoavelmente estruturado em torno dos blocos capitaneados pelo PT e pelo PSDB – bem mais do que seria percebido por uma análise baseada no critério que havíamos usado para classificar os partidos

²¹ Afé incluídas as coligações com partidos do Bloco-PSDB e com partidos do Bloco-PT e Bloco-PSDB simultaneamente.

²² Novamente, isso ocorre porque as coligações que envolvem governo e oposição tendem a ser mais amplas, com muitos partidos; uma coligação desse tipo é contada para cada partido, individualmente. (Ver Nota 14).

Tabela 7. Tipos de candidaturas apoiadas pelos partidos relevantes – Conjunto dos quatro cargos (governador, senador, deputados federal e estadual), segundo blocos partidários (2010) (%).

Tipo de candidatura	Bloco-PT				Bloco-PSDB			Outros			
	PT	PDT	PSB	PC do B	PSDB	DEM	PPS	PP	PMDB	PR	PTB
Candidatura isolada	9,3	10,3	5,6	9,4	5,6	7,5	6,5	5,8	12,1	4,7	8,0
Colig. partidos Bloco-PT*	79,6	64,5	63,6	73,6	0	0	0	41,3	38,3	52,3	25,0
Colig. partidos Bloco-PSDB*	0	0	0	0	76,9	66,0	65,4	15,4	23,4	19,6	25,0
Coligações só “Outros” partidos	0	0	0	0	0	0	0	16,3	9,3	13,1	24,0
Colig. Bloco-PT e Bloco-PSDB*	11,1	26,2	31,8	17,0	17,8	26,4	28,0	21,2	16,8	10,3	18,0
Total (n)	(108)	(107)	(107)	(106)	(108)	(106)	(107)	(104)	(107)	(107)	(100)

Fontes: TSE. *Incluindo ou não “outros” partidos.

em nosso estudo anterior (Carreirão e Nascimento, 2010)²³.

Ainda assim, nos parece conveniente destacar que se o critério anterior (que considerava todos os partidos que não estavam na base do governo como oposição) inflava artificialmente o número de partidos de oposição, aumentando, portanto, o percentual de coligações governo/oposição, a análise dos dados a partir do critério utilizado nas Tabelas 6 e 7 acaba por sugerir uma grande coerência das coligações às custas de não considerar de forma mais adequada os partidos que não fazem parte dos dois blocos estruturadores da disputa presidencial de 1994 para cá. Cabe notar que os blocos liderados por PT e PSDB elegeram 50% dos senadores e 53% dos deputados federais nas eleições de 2010; assim, quase metade da representação eleita em 2010 o foi por partidos fora desses blocos. Os quatro partidos relevantes (PMDB, PP, PR e PTB) que não fazem parte desses dois blocos elegeram 36% dos deputados federais e conseguiram 43% das vagas de senador em disputa em 2010, mais do que cada um (individualmente) daqueles dois blocos estruturadores das eleições presidenciais²⁴. A análise feita a partir dos dados das Tabelas 6 e 7 mostra que aqueles partidos que – segundo Melo e Câmara (2012) – têm sido os “núcleos duros” de formação de governos e oposições coordenaram razoavelmente suas estratégias de

lançamento de candidaturas para outros cargos além do de presidente da República em 2010, de forma a que as coligações que envolviam simultaneamente partidos dos dois blocos não foram muito significativas numericamente. Mas, a classificação na qual se baseou essa análise será um referencial adequado para avaliar o grau da estruturação da disputa para aqueles outros cargos, se a partir dela não podemos prever de forma significativa qual será o comportamento de outros partidos relevantes nas disputas para governador, senador, deputado federal e deputado estadual?

Inicialmente, note-se que mesmo por esse critério centrado nos dois blocos vemos que os quatro partidos relevantes (PMDB, PP, PR e PTB) que não fazem parte deles tiveram estratégias relativamente ecléticas, coligando-se em proporções razoáveis com partidos dos dois blocos, ou entre si e, ainda, com outros partidos pequenos, nas eleições para governador, senador, deputado federal e estadual.

Mas, é possível pensar em outras formas, talvez mais adequadas, de considerar mais efetivamente os partidos que não compõem aqueles dois blocos. Vamos testar uma delas, aqui. Um terceiro critério de classificação das candidaturas – o primeiro sendo o critério utilizado em nosso estudo anterior (em que todos os partidos da coalizão do governo são considerados como “governo” e todos os demais como oposição) e o segundo o baseado nos “blocos PT e PSDB” – toma como referência as coligações nas eleições presidenciais em 2010, já que, segundo parte da literatura, é a estrutura da disputa presidencial que ajuda a estruturar as demais disputas eleitorais. Note-se que apenas em 1998 e 2010 a coligação de apoio ao candidato do PT a presidente incluiu os quatro

²³ Como pode ser visto na Tabela Anexa 2, as coligações envolvendo simultaneamente governo e oposição representariam de 63% (PSDB) a 89% (PR) das candidaturas apoiadas por cada um dos partidos relevantes, se utilizássemos aquele critério anterior de definição de governo e oposição.

²⁴ Além disso, outros pequenos partidos elegeram 11% dos deputados federais e 7,4% dos senadores. Ver Tabela Anexa 3.

partidos (PT, PCdoB, PSB e PDT) do Bloco-PT. O PDT em duas dessas eleições (1994 e 2006) lançou candidato próprio e em uma (2002) apoiou candidato do PPS (que compõe o Bloco-PSDB); o PSB em 2002 lançou candidato próprio e em 2006 preferiu não apoiar nenhum candidato. Quanto aos partidos do Bloco-PSDB, apenas em 2010 a coligação de apoio ao candidato do PSDB incluiu os três partidos (PSDB, DEM e PPS). O PPS em 1994 apoiou Lula (candidato do PT, do bloco oposto) e em duas outras eleições (1998 e 2002) lançou candidato próprio; em 2006 preferiu não apoiar nenhum candidato. O PFL em 2002 e 2006 não apoiou nenhum candidato. Enfim, a proposição daqueles autores a respeito dos partidos que formam os principais blocos nessas eleições parece basear-se mais numa avaliação do comportamento dos partidos em relação aos governos do que em seu comportamento nas coligações que efetivamente formaram nas eleições presidenciais²⁵. Esse terceiro critério privilegiará esse último comportamento dos partidos.

A coligação que apoiou Dilma tinha dez partidos (no 1º turno): PT, PCdoB, PSB, PDT, PR, PMDB, PTN, PSC, PRB e PTC. Consideraremos como “coligação Dilma” apenas os seis primeiros, considerados como relevantes. A coligação que apoiou Serra contava com seis partidos: PSDB, DEM, PPS, PTB, PMN e PTdoB, dos quais serão tomados como “coligação Serra” os quatro primeiros (que são os aqui considerados relevantes).

A Tabela 8 mostra, para cada um dos partidos relevantes, a porcentagem de coligações consideradas inconsistentes de que participaram, segundo as classificações das candidaturas baseadas em cada um dos três critérios mencionados ao longo dessa seção.

Já foi mostrado que a aplicação dos dois primeiros critérios de classificação das candidaturas resulta em avaliações totalmente diversas quanto à consistência das coligações formadas nas eleições para os cargos aqui analisados. Da utilização do primeiro critério – “governo” inclui todos os partidos da coalizão no momento da eleição, mesmo os pequenos; todos os demais são “oposição” – resulta um quadro de enorme inconsistência das coligações feitas por cada um dos partidos brasileiros considerados aqui como relevantes (com porcentagens de 63% a 89% das candidaturas apoiadas por cada um deles envolvendo simultaneamente partidos do governo e da oposição).

²⁵ Mesmo em relação às coalizações, não há também uma coincidência entre os partidos que formam os blocos propostos por Melo e Câmara e os partidos que formam cada uma das 10 diferentes coalizações durante os dois governos FHC e os dois governos Lula. Para dar um exemplo claro, o PPS não participou da base do governo FHC em nenhum momento.

Já foi mencionado também que o quadro resultante da aplicação do segundo critério aponta para um grau de estruturação considerável das disputas (para os quatro cargos, especialmente os proporcionais), seguindo a polarização entre os blocos comandados por PT e PSDB, pelo menos quanto aos padrões de coligações de que participam os partidos que fazem parte desses dois blocos, o mesmo não valendo para outros partidos relevantes (PMDB, PP, PR e PTB, com porcentagens de coligações “inconsistentes” variando de 30% a 43%)²⁶.

Quando usamos a classificação das candidaturas a partir do terceiro critério, vemos que as coligações “inconsistentes” – nesse caso, aquelas que unem, nas eleições para os cargos em análise, simultaneamente partidos relevantes que faziam parte das coligações de apoio aos então candidatos a presidente Dilma Rouseff e José Serra – são bastante frequentes, representando para quase todos os partidos percentuais entre 39% e 60%; as exceções sendo PT e PCdoB, para os quais elas representam 28% e 30% das candidaturas de que participaram, respectivamente.

Concluindo esta seção, acreditamos que o exercício analítico que realizamos consegue mostrar que os partidos que, segundo Melo e Câmara (2012) têm sido os “núcleos duros” de formação de governos e oposições, em âmbito federal – PT, PDT, PSB e PCdoB, de um lado; PSDB, DEM e PPS, de outro – coordenam razoavelmente suas estratégias de lançamento de candidaturas para outros cargos além do de presidente da República, já que na disputa por esses cargos as coligações que envolvem simultaneamente partidos daqueles dois blocos não são muito significativas numericamente. Há variações de partido a partido, com PT e PCdoB apoiando coligações com partidos do outro bloco em menor proporção do que PDT e PSB, assim como o PSDB em menor grau do que DEM e PPS. Mas, o quadro geral, quando olhamos apenas para os sete partidos que compõem esses dois blocos, é de um grau de coordenação razoável das estratégias de lançamento de candidaturas para os diversos cargos,

²⁶ Os dados assinalados com asterisco na Tabela 8 são referentes a partidos que ficam de fora das categorias que definem o critério de cada classificação. No caso do critério 2, os percentuais para PMDB, PP, PR e PTB foram calculados somando as coligações envolvendo simultaneamente partidos dos dois blocos (PT e PSDB), com as coligações com partidos do Bloco-PSDB (como critério mais conservador, já que as coligações com partidos do Bloco-PT foram em maior proporção). No caso do critério 3, para o PP o percentual foi calculado somando as coligações envolvendo simultaneamente partidos das coligações de Dilma e de Serra, com as coligações com partidos da “coligação Serra” (já que as coligações com partidos da “coligação Dilma” foram em maior número). O que é relevante aqui, é que esses padrões de coligações não corroboram a hipótese de que a disputa presidencial estrutura as disputas para os demais cargos.

Tabela 8. Coligações “inconsistentes” segundo diversos critérios – Conjunto dos 4 cargos (governador, senador, deputados federal e estadual) (2010) (%).

Crítérios	PT	PDT	PSB	PC do B	PSDB	DEM	PPS	PP	PMDB	PR	PTB
Critério 1	71,3	86,9	79,4	77,4	63,0	67,0	70,1	87,5	81,3	88,8	88
Critério 2	11,1	26,2	31,8	17,0	17,6	26,4	28,0	36,6*	41,3*	29,9*	43,0*
Critério 3	27,8	39,3	47,7	30,2	46,3	50,0	52,3	59,6*	46,7	42,1	55,0
(Nº casos)	(108)	(107)	(107)	(106)	(108)	(106)	(107)	(104)	(107)	(107)	(100)

Fonte: TSE. Critério 1 (Coalizões 2010): Governo: todos os partidos da coalizão (PT-PDT-PSB-PCdoB-PMDB-PP-PR-PTB-PRB); Oposição: todos os demais. Critério 2 (Blocos partidários): Bloco-PT: PT-PCdoB-PDT-PSB; Bloco-PSDB: PSDB-DEM-PPS. Critério 3 (Coligações presidenciais 2010 sem pequenos): Dilma: PT-PDT-PSB-PCdoB-PMDB-PR (desconsiderando pequenos: PRB-PTN-PSC-PTC); Serra: PSDB-DEM-PPS-PTB (desconsiderando pequenos: PMN-PTdoB). *Ver Nota 26.

a partir da polaridade existente entre eles nas disputas presidenciais.

De outro lado, porém, quando incluímos na análise outros partidos relevantes no sistema partidário brasileiro (como PMDB, PP, PR e PTB, que em conjunto elegeram mais deputados e senadores do que qualquer um daqueles dois blocos isoladamente), a situação é bem diferente. Mesmo mantendo ainda a perspectiva de análise que classifica os partidos a partir daqueles dois blocos, esses outros partidos relevantes apresentam um ecletismo bastante grande em suas estratégias eleitorais, coligando-se com partidos de um bloco ou outro, ou mesmo entre si e/ou com pequenos partidos. Se incluirmos esses partidos que não formam os dois blocos mais recorrentes da disputa presidencial e, além disso, tomarmos de modo mais literal (ou imediato) a ideia de que a disputa presidencial estrutura o sistema partidário (incluindo aí os padrões de disputas para outros cargos), nesse caso aumenta muito o grau de inconsistência das coligações realizadas pelos partidos brasileiros relevantes (com exceção talvez de PT e PCdoB), já que proporções substantivas das candidaturas apoiadas por esses partidos para os cargos de governador, senador e deputado federal (e em menor grau para deputado estadual) são de coligações que envolvem simultaneamente partidos relevantes que sustentaram as duas grandes coligações nas eleições presidenciais de 2010.

A reação dos eleitores aos diferentes tipos de candidaturas

Uma questão relevante é saber como reagem os eleitores aos diferentes tipos de candidaturas. A Tabela 9 mostra que nas eleições para governador e senador as coligações têm rendimento eleitoral muito superior às candidaturas isoladas, como seria de esperar: nenhum dos 86 candidatos a governador lançados por um partido isoladamente em 2010 foi eleito e dos 122 candidatos a senador lançados dessa forma

apenas 3 (2,5%) se elegeram. Quando as candidaturas envolvem coligações, as taxas de sucesso foram de 34% e 36%, respectivamente. Entre as coligações, as ideologicamente inconsistentes foram as que tiveram maior rendimento eleitoral: 41% nas eleições para governador e 42% nas eleições para senador. As coligações ideologicamente consistentes tiveram rendimento baixo, enquanto as semiconsistentes (numericamente pouco significativas) tiveram bom rendimento nas eleições para senador, mas rendimento nulo nas eleições para governador.

Quanto à dimensão relacionada aos blocos partidários que têm estruturado as eleições presidenciais (Bloco-PT e Bloco-PSDB), as coligações com maior rendimento eleitoral foram aquelas que envolveram simultaneamente partidos dos dois blocos: 60% dos candidatos a governador e 45% dos candidatos a senador lançados por coligações desse tipo foram eleitos (Tabela 10). Seguem-se as coligações envolvendo apenas partidos do Bloco-PT (então no governo) entre si ou com “outros” partidos (que não os do bloco capitaneado pelo PSDB): taxas de sucesso de 38% para governador e 41% para senador. As coligações apenas entre partidos do Bloco-PSDB (na oposição) ou entre esses e os “outros” partidos (que não os do bloco capitaneado pelo PT) elegeram 29% dos candidatos a governador e 24% dos candidatos a senador que lançaram. As candidaturas isoladas, como já havia sido visto na Tabela 9, tiveram baixíssimo rendimento.

Esses resultados reiteram os que havíamos achado no estudo anterior já mencionado: em primeiro lugar, as coligações têm taxas de sucesso muito maiores do que as candidaturas isoladas. Considerando o curto prazo, ou seja, apenas a vitória na eleição em jogo no momento, não compensa lançar candidatos isoladamente, já que pouquíssimos são eleitos. As motivações para esse tipo de candidatura, portanto, devem ser de outra ordem (ver Carreirão e Nascimento, 2010: 24-25). Em segundo lugar, os eleitores não punem coligações ideologicamente inconsistentes, nem coligações que envolvem

Tabela 9. Taxas de sucesso eleitoral de cada tipo de candidatura ou coligação (segundo classificação ideológica), para os cargos de governador e senador (2010).

Cargo	Taxa sucesso	Candid. isolada	Coligação consistente	Coligação semiconsistente	Coligação inconsistente	Total coligações
Governador	Tx. suc.(%)	0	9,1	0	40,6	33,8
	Cand. (n)	(86)	(11)	(5)	(64)	(80)
Senador	Tx. suc.(%)	2,5	4,8	40,0	42,1	35,7
	Cand. (n)	(122)	(21)	(5)	(114)	(140)

Fontes: TSE. Obs: Percentuais não somam 100% nem nas linhas, nem nas colunas. Eles representam a divisão do número de candidaturas vencedoras, pelo número total de candidaturas (para cada tipo). Para o cálculo da taxa de sucesso no Senado, foi considerado o número de candidatos lançados (e não candidaturas, como definidas no restante do trabalho).

Tabela 10. Taxas de sucesso eleitoral de cada tipo de candidatura ou coligação para governador e senador, segundo blocos partidários (1986/2006).

Cargo	Taxa sucesso	Cand. isol. Bloco PT	Cand. isol. Bloco PSDB	Cand. isol. Outros part.	Colig. part. Bloco PT	Colig. part. Bloco PSDB	Colig. Outros part.	Colig. Bloco PT e Bloco PSDB
Governador	Tx. suc. (%)	--	--	0	37,9	29,2	0	60,0
	Cand. (n)	(0)	(0)	(86)	(29)	(24)	(12)	(15)
Senador	Tx. suc. (%)	--	0	2,5	41,1	24,3	5,6	44,8
	Cand. (n)	(0)	(4)	(118)	(56)	(37)	(18)	(29)

Fontes: TSE. Obs: Percentuais não somam 100% nem nas linhas, nem nas colunas. Eles representam a divisão do número de candidaturas vencedoras, pelo número total de candidaturas (para cada tipo). Para o cálculo da taxa de sucesso no Senado, foi considerado o número de candidatos lançados (e não candidaturas, como definidas no restante do trabalho).

simultaneamente partidos do bloco capitaneado pelo PT e partidos do bloco capitaneado pelo PSDB; pelo contrário, são esses tipos de coligações que têm maior chance de eleger seus candidatos.

Considerações Finais

O trabalho analisou os padrões de candidaturas lançadas em 2010 nas eleições para governador, senador, deputado federal e deputado estadual, tentando verificar se as tendências encontradas nessas eleições eram semelhantes às encontradas no período 1986-2006 (Carreirão e Nascimento, 2010), no que diz respeito aos impactos da ideologia partidária (esquerda-direita) e da clivagem governo/oposição (em relação ao governo federal) sobre as decisões dos partidos em suas estratégias de lançamento de candidaturas.

No que respeita à dimensão ideológica, seja considerando as candidaturas lançadas pelo conjunto dos partidos brasileiros, seja apenas as que envolvem os onze partidos mais relevantes, as porcentagens de coligações que envolvem simultaneamente partidos de direita e esquerda são bastante elevadas em 2010,

especialmente nas eleições para os cargos majoritários e, em menor grau, para deputado federal. Nas eleições para deputado estadual os partidos mais relevantes parecem ter privilegiado candidaturas isoladas ou em coligação com pequenos partidos.

Embora com base apenas na análise que parte do critério operacional que já havíamos utilizado no estudo anterior – a partir do qual classificamos cada coligação segundo o grau de consistência ideológica, considerando todos os partidos que faziam parte da coligação (inclusive os menores partidos e classificando também esses segundo seu posicionamento ideológico) –, os dados aqui apresentados revelam uma tendência de crescimento das coligações ideologicamente inconsistentes ao longo do período em estudo. Isso vale tanto quando analisamos o conjunto das candidaturas, envolvendo todos os partidos, quanto quando analisamos apenas as candidaturas apoiadas pelos seis maiores partidos. Inclusive a tendência de um leve declínio das coligações ideologicamente inconsistentes ocorrida entre 2002 e 2006 (que poderia indicar uma inversão da tendência anterior, de crescimento desse tipo de candidaturas) foi revertida em 2010, para três dos

cargos (mantendo-se constante o percentual entre 2006 e 2010 nas eleições para deputado estadual), o que parece indicar que a oscilação entre 2002 e 2006 não afetou a tendência mais geral do conjunto do período, de aumento da inconsistência das coligações.

Na análise do impacto do posicionamento dos partidos em relação ao governo federal sobre suas decisões quando do lançamento das candidaturas aos cargos de governador, senador, deputado federal e estadual, além de replicar os procedimentos utilizados na análise anterior, fizemos outras análises, utilizando novas formas de operacionalizar a variável relativa a essa dimensão.

Os resultados de nossa análise mostram que os partidos que têm estruturado a disputa presidencial e a formação de governos e oposições, de 1994 para cá (Melo e Câmara, 2012) – PT, PDT, PSB e PCdoB, de um lado; PSDB, DEM e PPS, de outro – coordenaram razoavelmente suas estratégias de lançamento de candidaturas em 2010, no sentido de evitar que houvesse um grande número de coligações envolvendo simultaneamente partidos dos dois blocos, nas disputas pelos cargos de governador, senador, deputado federal e estadual (em particular nesses dois últimos).

Quando, porém, incluímos na análise outros partidos relevantes no sistema partidário brasileiro (como PMDB, PP, PR e PTB – que em conjunto elegeram em 2010 mais deputados e senadores do que qualquer um daqueles dois blocos isoladamente), a situação é bem diferente. Mesmo mantendo ainda a perspectiva de análise que classifica os partidos a partir daqueles dois blocos, esses outros partidos relevantes apresentam um ecletismo bastante grande em suas estratégias eleitorais, coligando-se com partidos de um bloco ou outro, ou mesmo entre si e/ou com pequenos partidos. Se, além disso, tomarmos de modo mais imediato a ideia de que a estrutura da disputa presidencial num determinado momento estrutura o sistema partidário (incluindo aí os padrões de disputas para outros cargos nesse mesmo momento), nesse caso aumenta muito o grau de inconsistência das coligações realizadas pelos partidos brasileiros relevantes, já que proporções substantivas das candidaturas que eles apoiam para os cargos de governador, senador e deputado federal (e em menor grau para deputado estadual) são de coligações que envolvem simultaneamente partidos que sustentaram as duas grandes coligações nas eleições presidenciais de 2010 (embora para PT e PCdoB isso aconteça em menor grau). Ou seja, com base nos dados de 2010 podemos dizer que sabendo quais são as principais coligações nas eleições presidenciais, não podemos prever quais as estratégias

de lançamento de candidaturas da grande maioria dos partidos brasileiros relevantes nas eleições desse mesmo ano para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual (em especial para os dois primeiros desses cargos), já que boa parte de suas coligações para esses cargos não respeitam os limites que dividem os partidos na disputa presidencial.

Por fim, nossa análise sobre as taxas de sucesso eleitoral nas eleições para governador e senador em 2010 reiterou as conclusões anteriores: vale a pena fazer coligações; além disso, os eleitores brasileiros não punem as coligações para esses cargos que sejam “inconsistentes” – seja quanto à dimensão ideológica, seja no que respeita às divisões entre governo e oposição em âmbito federal. Coligações desse tipo são as que têm maior chance de eleger seus candidatos. Esse deve ser mais um fator a estimular os dirigentes partidários a realizá-las com cada vez maior intensidade.

Referências

- Anastasia, Fátima; Nunes, Felipe e Meira, João Francisco. 2010. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: S. Krause; H. Dantas e L. F. Miguel (org.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Perfis e tendências. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora da UNESP.
- Braga, Maria do Socorro Sousa. 2010. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (4): 43-72.
- Carreirão, Yan. 2006. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, 12(1): 136-163. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762006000100006>
- Carreirão, Yan. 2008. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, 14(2): 319-351.
- Carreirão, Yan e Nascimento, Fernanda. 2010. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4: 75-104.
- Dantas, Humberto. 2007. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo.
- Downs, Anthony. 1999. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.

- Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. 2007. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: C. R. Melo e M. Sáez (orgs.), *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Figueiredo, Marcus. 1994. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. *Cadernos de Conjuntura*, (50).
- Krause, Silvana e Godoi, Pedro Paulo. 2010. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: S. Krause; H. Dantas e L. F. Miguel (orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- Krause, Silvana; Dantas, Humberto e Miguel, Luis Felipe (orgs.). 2010. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- Leoni, Eduardo. 2011. Coligações e ideologia nas eleições para vereador no Brasil. In: T. Power e C. Zucco Junior (orgs.), *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Limongi, Fernando. 2006. Presidencialismo e governo de coalizão. In: L. Avritzer e F. Anastasia (orgs.), *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Limongi, Fernando e Cortez, Rafael. 2010. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos Cebrap*, 88: 21-37.
- Lucas, Kevin e Samuels, David. 2011. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. In: T. Power e C. Zucco Junior (orgs.), *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Machado, Aline. 2005. A lógica das coligações no Brasil. In: S. Krause, Silvana e R. Schmitt (orgs.), *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- Machado, Carlos Augusto Mello. 2007. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília.
- Machado, Carlos Augusto Mello e Miguel, Luis Felipe. 2008. Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais. Campinas, Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.
- Melo, Carlos Ranulfo. 2004. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Melo, Carlos Ranulfo. 2007. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: C. R. Melo e M. Sáez (orgs.), *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Melo, Carlos Ranulfo. 2010. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (4): 13-41.
- Melo, Carlos Ranulfo e Câmara, Rafael. 2012. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. *Dados*, 55(1): 71-117. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000100003>
- Miguel, Luis Felipe e Machado, Carlos. 2007. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, 50(4): 757-793. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000400005>
- Miguel, Luis Felipe e Machado, Carlos. 2010. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: S. Krause; H. Dantas e L. F. Miguel (orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- Miranda, Geralda Luiza. 2012. Tendências e racionalidades das estratégias coligacionistas dos partidos brasileiros (1990-2010). Quito, Congreso Latinoamericano de Ciencia Política.
- Nicolau, Jairo. 1994. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. *Cadernos de Conjuntura*, (50).
- Novaes, Carlos. 1994. Dinâmica institucional da representação - individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos CEBRAP*, (38): 99-147.
- Peixoto, Vitor. 2010. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: S. Krause; H. Dantas e L. F. Miguel (orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- Ribeiro, José Floriano. 2005. Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais. Caxambu, Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- Ribeiro, Pedro Floriano. 2010. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “GT79” (1996-2008). In: S. Krause; H. Dantas e L. F. Miguel (orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.

- Santos, Fabiano. 2006. Governos de coalizão no sistema presidencial: o caso do Brasil sob a égide da Constituição de 1988. In: L. Avritzer e F. Anastasia (orgs.), *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Schmitt, Rogério. 1999. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Schmitt, Rogério. 2005. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: S. Krause e R. Schmitt (orgs.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- Sousa, Vivaldo Reinaldo de. 2006. *As coligações partidárias: período 1986-94 versus 1954-62*. Brasília: Câmara dos Deputados. (Coleção Parlamento em Teses).
- Sousa, Vivaldo Reinaldo de. 2010. Reeleição de governadores e posicionamento ideológico das coligações eleitorais nas eleições de 1998, 2002 e 2006. In: S. Krause; H. Dantas e L. F. Miguel. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp.
- Zucco Junior, Cesar. 2011. Esquerda, direita e governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: T. Power e C. Zucco Junior (orgs.), *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Anexo

Quadro Anexo 1. Classificação dos partidos na escala esquerda-direita.

Sigla	Nome do partido	Classificação	
PC do B	Partido Comunista do Brasil	Esquerda	
PCB	Partido Comunista Brasileiro		
PCO	Partido da Causa Operária		
PDT	Partido Democrático Trabalhista		
PH	Partido Humanista		
PHS	Partido Humanista da Solidariedade		
PMN	Partido da Mobilização Nacional		
PPS	Partido Popular Socialista		
PS	Partido Socialista		
PSB	Partido Socialista Brasileiro		
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade		
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados		
PT	Partido dos Trabalhadores		
PV	Partido Verde		
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro		Centro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira		
Todos os demais			Direita

Fonte: Krause, Dantas e Miguel (2010).

Tabela Anexo 1. Tipo de candidatura e classificação das coligações segundo a dimensão governo/oposição, para o conjunto dos quatro cargos (1986-2010) (%).

Tipo de candidaturas	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Cand. isolada partidos governo*	8	7	10	9	7	5	7
Cand. isolada partidos oposição**	69	49	50	40	40	43	46
Colig. só partidos governo federal	0,4	0,6	2	1	1	5	3
Colig. só partidos oposição	6	25	16	22	36	23	14
Colig. governo e oposição	17	19	23	28	15	24	31

Fontes: TSE, TREs, site “Dados Eleitorais do Brasil” (IUPERJ) e Souza (2006). Obs: Para o Senado os dados referem-se apenas às eleições de 1990 a 2010. *Governo: partidos que ocupavam ministérios no momento da eleição: 1986: PMDB-PFL; 1990: PRN-PFL-PDS; 1994: PMDB-PFL-PSDB-PP; 1998: PPS-PSDB-PMDB-PFL-PPB-PTB; 2002: PSDB-PMDB-PPB; 2006: PT-PSB-PCdoB-PMDB-PP-PL-PTB; 2010: PT-PR-PCdoB-PSB-PMDB-PP-PRB-PDT. Classificação feita pelos autores, baseada em Amorim Neto (2006), Santos (2006), Limongi (2006), Figueiredo e Limongi (2007), Melo (2004, 2007). Para 2010 foram usadas as informações do banco dados do Cebrap, instituição a que agradecemos por ter gentilmente permitido acesso aos dados. **Oposição: os demais.

Tabela Anexo 2. Tipos de candidaturas apoiadas pelos principais partidos, segundo a dimensão governo/oposição – Conjunto dos 4 cargos (2010) (%).

Tipos de candidatura	Governo							Oposição		
	PT	PDT	PSB	PC do B	PP	PMDB	PR	PSDB	DEM	PPS
Cand. isol. part. governo	9,3	10,3	5,6	9,4	5,8	10,3	4,7	0	0	0
Cand. isol. part. oposição	0	0	0	0	0	0	0	5,5	7,5	6,5
Colig. só part. governo*	19,4	2,8	15,0	13,2	6,7	8,4	6,5	0	0	0
Colig. só part. oposição*	0	0	0	0	0	0	0	31,5	25,5	23,4
Colig. gov. e oposição	71,3	86,9	79,4	77,4	87,5	81,3	88,8	63,0	67,0	70,1
Total (n)	(108)	(107)	(107)	(106)	(104)	(107)	(107)	(108)	(106)	(107)

Fonte: TSE. Obs: Governo: partidos que ocupavam ministérios no momento da eleição; Oposição: os demais. *Incluindo ou não “outros” partidos.

Tabela Anexa 3. Proporção de eleitos em 2010 para o Congresso, segundo blocos partidários (PT e PSDB) (%).

Blocos partidários	Câmara Federal	Senado*	Congresso
Bloco-PT**	31,8	33,3	31,9
Bloco-PSDB***	21,2	16,7	20,8
Outros partidos relevantes	36,1	42,6	36,7
Outros partidos pequenos	10,9	7,4	10,6
Total (N)	(513)	(54)	(567)

Fonte: Câmara Federal e TSE. *Em 2010 foram eleitos 54 senadores (dois por U.F.). **Bloco-PT: PT-PDT-PSB-PCdoB; *** Bloco-PSDB: PSDB-DEM-PPS.